



7

Processo de Atribuição de Valor Turístico ao Patrimônio: uma análise através da memória da Política Nacional de Turismo*

Process of Attributing Tourist Value to Heritage: an analysis through the memory of the National Tourism Policy

Maria Amália Silva Alves de Oliveira¹

Resumo: o patrimônio tem sido adjetivado no intuito de particularizar definições, pertencimentos e apropriações. O presente trabalho busca explorar desdobramentos do adjetivo “turístico” ao patrimônio através da utilização da memória, da construção de identidades e de “projetos de nação”. A reflexão foi construída a partir dos resultados de um projeto de pesquisa envolvendo memória, patrimônio e turismo no contexto da Política Nacional de Turismo. O artigo está dividido em duas sessões, sendo que a primeira “Identidade e turismo: a trajetória da preservação do patrimônio” apresenta a trajetória desta noção relacionando-a aos conceitos de memória, identidade e turismo e a segunda sessão intitulada “Atribuição de valor: adjetivando o patrimônio enquanto turístico” argumenta com base da teoria de regimes de valor como foi selecionado e difundido pelo e para o Turismo um conjunto de bens, cujo valor simbólico representa a própria Nação Brasileira. Em termos metodológicos, o artigo é sustentado pela pesquisa de “gabinete” e trabalho de campo composto por entrevistas.

Palavras-chave: Turismo; Patrimônio; Memória; Identidade; EMBRATUR;

Abstract: the patrimony has been adjectives in order to define definitions, belongings and appropriations. The present work seeks to explore developments from the adjective “tourist” to heritage through the use of memory, the construction of identities and “nation projects”. The reflection was built from the results of a research project involving memory, heritage and tourism in the context of the National Tourism Policy. The article is divided into two sessions, the first one “Identity and tourism: the trajectory of heritage preservation” presents the trajectory of this notion relating it to the concepts of memory, identity and tourism and the second session entitled “Attribution of value: adjectivating heritage as a tourist” argues based on the theory of value regimes as a set of goods was selected and disseminated by and for Tourism, whose symbolic value represents the Brazilian Nation itself. In methodological terms, the article is supported by “cabinet” research and fieldwork composed of interviews.

Key-words: Tourism; Heritage; Memory; Identity; EMBRATUR;

* Recebido em: 10.02.2020. aprovado em: 25.04.2020.

¹ Doutora em Ciências Humanas (Antropologia). Graduada em Turismo e em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora Associada do Departamento de Turismo e Patrimônio da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Coordenadora do Programa de Pós Graduação em Memória Social (PPGMS/UNIRIO). Docente do Programa de Pós Graduação em Ecoturismo e Conservação (PPGEC/UNIRIO) Email: m_amali@hotmail.com.



Introdução

A política brasileira de preservação do patrimônio revela uma estreita relação com a atividade turística e uma concepção acerca deste fenômeno cujas raízes remontam a década de sessenta do século XX. A questão do patrimônio nos seus mais variados desdobramentos, ou seja, enquanto bens a serem preservados, enquanto referências identitárias ou ainda enquanto bens de valor inseridos em determinado mercado; evidenciam relações sociais capazes de iluminar valores sociais imersos em sistemas culturais que quando analisados em perspectiva interdisciplinar traduzem contextos histórico-culturais onde conceitos forjados assumem condições analíticas cujos desdobramentos incidem sobre aspectos teóricos e metodológicos.

Partindo de um problema vulgar, a análise do conceito “patrimônio turístico”, concluiu-se que a gênese de tal conceito deveria ser buscada no contexto histórico-cultural onde o mesmo foi cunhado. Elaborou-se então, um projeto de pesquisa onde os temas turismo e patrimônio fossem investigados a partir da análise do contexto histórico-cultural da criação da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) em perspectiva teórica da Memória Social e utilizando os referenciais metodológicos da Antropologia. A proposta desta pesquisa incidia sobre a gênese e entendimento do conceito de “patrimônio turístico”, sendo que tal preocupação merecia destaque por atualmente, patrimônio ser um termo vulgarizado onde a adjetivação presume seu entendimento, fato que reforça a polissemia

do termo e o enfraquecimento conceitual requerido pelo debate científico.

A pesquisa sobre a gênese do conceito “patrimônio turístico” chamou a atenção para distintos aspectos inerentes a Política Nacional de Turismo, especialmente no que tange a relação desta com a Política Nacional de Preservação do Patrimônio, marcada pelo uso da atividade turística como forma específica de preservação do patrimônio nacional; entretanto, é possível verificar outros desdobramentos de tal questão, quando relacionamos os projetos de construção da nação brasileira ao Turismo. Se por lado, no material coletado por ocasião da pesquisa anteriormente mencionada foi encontrado nos discursos proferidos, quer sejam em documentos técnicos ou material publicitário, a expressão “patrimônio turístico”, tal como definido no Informativo nº 1 da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) de 29 de abril de 1976, onde consta: “A EMBRATUR vem dedicando especial atenção às áreas que, pela beleza paisagística, importância histórica, ou condições notáveis para a prática do turismo, constituem o ‘patrimônio turístico nacional’; a seleção do que veio a ser entendido como *patrimônio turístico* foi decisivo para um “projeto de nação” cujos aspectos simbólicos estão presentes no imaginário e nas representações sociais até os dias de hoje.

A ideia de projeto de nação aqui exposta parte da concepção de que as culturas nacionais não são sistemas unificados e sim, sistemas constituídos em diferenças étnicas, sociais e culturais. Forjadas no âmbito de processos culturais a representação da cultura



² Perspectiva metodológica trazida por Gonçalves (2004) que defende determinados conceitos são melhor aproveitados se considerados enquanto escritas etnográficas e não tomados como material datado em termos de análise teórica. Nesta interpretação dos dados, a noção de documentos etnográficos nativos, pode ser assim definida: “Como tal, eles requerem um trabalho de descrição e análise que os situem como ricas expressões de representações coletivas relativas sobre os significados... na vida cotidiana brasileira contemporânea, assim como em diversos outros momentos históricos”. (GONÇALVES, 2004; 42)

nacional ganha contornos através de sistemas simbólicos, cujos significados produzem e estabelecem identidades a partir de relações de poder. Nesta perspectiva, identidades culturais, ou como aqui nos interessa, as identidades nacionais, resultam de jogos políticos onde diferenças são iluminadas no intuito de particularizar a nação e um patrimônio, selecionado para simbolicamente representá-la. “Projetos de nação” sempre acompanharam regimes de governo e foram instrumentos destes para ligar o Estado a seus membros e estes entre si. Nestes “projetos” são buscados e reafirmadas categorias que sustentam um sentimento de pertencimento e lealdade entre os membros de uma nação, assim como a ideia de uma tradição cultural comum, operação simbólica que de acordo com Benedict Anderson (1989) seriam as “comunidades imaginadas”. Neste sentido, é possível pensar nação enquanto sistema classificatório, pois é possível perceber as relações simbólicas entre o Estado e seus membros e destes entre si e, paralelamente, em decorrência da observação destes sistemas classificatórios simbólicos, capturar a utilização do símbolo “nação” para realização de projetos políticos que fundamentam os interesses que se deseja veicular.

Neste complexo sistema cultural o Turismo na qualidade de fenômeno social é evocado como veículo de comunicação simbólica para reafirmar e reforçar uma narrativa de Brasil enquanto “comunidade imaginada”. Assim sendo, apoiando-se na teoria da memória social e na teoria antropológica sobre patrimônio a proposta do presente trabalho é descrever e analisar o contexto histórico cultural onde foi forjado o conceito patrimônio turístico no Brasil,

discutindo suas relações com o processo de construção de uma identidade nacional brasileira. Para tal empreendimento, será demonstrada as concepções de nação no Regime Imperial e na República, em seguida será apresentado o processo de construção e instituição do Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas (PRCH), onde reside a gênese de tal conceito, para então argumentar como a seleção de patrimônios contribuíram para a veiculação de um projeto de nação, ou seja, uma “comunidade imaginada” e assim, defender que o conceito de patrimônio turístico revela uma gama de sentidos que somente é captado a partir de uma análise onde seja considerado o cruzamento de contextos que emergem quando o patrimônio é adjetivado enquanto turístico.

Como o presente trabalho é uma reflexão construída a partir dos resultados de um projeto de pesquisa cujo tema envolvia memória, patrimônio e turismo no contexto da Política Nacional de Turismo, a metodologia que o subsidiou foi a empreendida na referida pesquisa, tendo sido baseada no método histórico e composto pelas técnicas de pesquisa intituladas de “gabinete” e trabalho de campo. No que se refere a pesquisa de gabinete, testamos a aplicabilidade da noção de “documentos etnográficos nativos”² para análise do acervo documental, pois o material recolhido nos arquivos da EMBRATUR, Ministério do Turismo, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e Arquivo Nacional foram tratados como dados oriundos de vozes nativas do Turismo; já a pesquisa de campo foi norteada por uma série de entrevistas realizadas com ex-funcionários da Empresa no período entre 2015 e 2016. Desta forma,



o trabalho aqui exposto trará como fio condutor da reflexão proposta, a metodologia descrita apresentando os resultados das reflexões elaboradas no âmbito do referido processo de pesquisa.

Identidade e turismo: a trajetória da preservação do patrimônio

Em perspectiva histórica, o termo patrimônio esteve inicialmente relacionado aos bens legados pelos pais aos filhos ou por pessoas aos seus descendentes diretos. Posteriormente, o termo passou a ser aplicado ao conjunto de bens que alguma pessoa ou instituição possui e por isso pode-se falar em patrimônio público, patrimônio privado ou patrimônio nacional. O caráter abrangente do conceito permite atualmente a classificação em patrimônio cultural e natural, sendo o primeiro percebido através de variados tipos, tais como arqueológico, industrial, histórico, entre outros; já o patrimônio natural refere-se as formações físicas, biológicas e geológicas excepcionais, habitats de espécies animais e vegetais ameaçadas e áreas que tenham valor científico, de conservação ou estético excepcional e universal. (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura - UNESCO).

Para Choay (2001) a conotação atual de patrimônio está entrelaçada aos atributos acoplados ao conceito de monumento histórico forjado durante a Revolução Francesa. Para a autora, os documentos que justificavam a nacionalização dos bens do clero e da realza alegam que estes são “patrimônio e herança de todos”. Nessa perspectiva, emerge um processo que passou a denominar

“patrimônio” ao monumento que foi declarado como um bem de todos. Entretanto, a noção de monumento histórico é mais antiga que a de patrimônio e provém do século XV, quando as ruínas antigas da Roma Imperial passam a ser valorizadas.

Patrimônio enquanto categoria de pensamento, tal como apontou Gonçalves (2003), é polissêmica, envolvendo vários sentidos e assume no mundo moderno três dimensões, pois é categoria jurídica, política pública e instrumento de comunicação social. Nesse sentido, a categoria patrimônio é um potente instrumento analítico para entender a vida social e cultural no mundo atual. Gonçalves também argumenta que o conceito moderno de patrimônio está ligado à existência do Estado Nacional, mas esta relação não seria aparente, principalmente porque o uso em uma variedade de discursos, tais como patrimônio econômico, financeiro, familiar, cultural, arquitetônico, ecológico, etc; naturalizou-o.

Gonçalves (2002) esclarece que o patrimônio é constituído narrativamente como alegoria, isto é, constituído para representar uma coisa cujo sentido era significar outra e exemplifica sua afirmativa abordando a questão da nação cuja constituição se efetivou através do processo de perda, pois a identidade nacional estava sendo construída em meio ao processo de desaparecimento. A nação, vista como objetivada, autorizava o tratamento e a preservação do patrimônio. O patrimônio instituído era ao mesmo tempo produto e produção desta objetivação cultural. A nação enquanto entidade naturalizada, única, servia de referência aos repositórios de significados que seriam utilizados na constituição do patrimônio.



³ O conceito de *fato social total* está descrito na obra “Ensaio sobre a Dádiva” do antropólogo Marcel Mauss (1872-1950).

⁴ A noção de ressonância utilizada por José Reginaldo Gonçalves foi formulada pelo historiador Stephen Greenblatt (1991) e significa o poder de evocar no expectador as forças culturais complexas e dinâmicas das quais o patrimônio emergiu e das quais ele é o representante, para o expectador.

Neste sentido foi possível pensar a proteção do patrimônio como proteção da nação.

Seguindo o pensamento de Reginaldo Gonçalves em “Ressonâncias, materialidade e subjetividade”, patrimônio deve ser entendido como mediador entre mortos e vivos, deuses e homens, nacional e estrangeiro, podendo ser pensando como fato social total, tal como defendido por Mauss³. Na mesma obra Gonçalves aponta três características inerentes ao patrimônio enquanto conceito moderno. A primeira delas seria a ressonância⁴, pois não basta o Estado consagrar um bem como patrimônio, o bem precisa articular ligação do presente com o passado. Isto porque está no presente a construção ou representação do passado, sendo a ressonância uma das características que explicam as motivações deste ou daquele passado ser o “escolhido” para voltar ao presente. Assim, na reflexão acerca do papel do Estado na formação ou eleição de patrimônios, torna-se evidente a necessidade de uma comunidade precisar respaldar o que foi consagrado pelo Estado. Outra característica do patrimônio é a sua materialidade, mesmo que seja intangível ou imaterial. Para Gonçalves o conceito articulado à concepção antropológica da cultura, valoriza as relações sociais e simbólicas e estas no limite podem ser pensadas a partir da oposição entre o material e o espírito, tal como faz Barkhtin (1993), tornando-o indistinto na categoria. A terceira característica refere-se a construção das subjetividades, pois o patrimônio por estar ligado ao passado, como algo herdado ao mesmo tempo em que é construído, tem inúmeras possibilidades de correlações, todas gerando e necessitando de autoconsciência.

A identidade nacional no império

Recuperando a trajetória da política nacional de proteção e analisando o que veio sendo interpretado como patrimônio desde o século XIX, é possível perceber distintos projetos de nação que foram deflagrados ao longo deste tempo. Tal análise revela a gênese da construção de uma memória, assim como os contornos da formação do estado nacional brasileiro. Investigando o período após a independência política do Brasil, Fernandes (2010) afirma que naquele momento, um grupo de intelectuais que compunham o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) se incumbiram de realizar a construção da história oficial do país. Com o apoio do imperador D. Pedro II, ações como a organização de um concurso objetivando a redação da história nacional oficial, onde os documentos que subsidiariam tal proposta deveriam proceder de viagens e estudos de documentos dispersos em arquivos europeus. Somou-se a essa medida o efetivo funcionamento do Arquivo Nacional, cuja função básica era a sistematização da documentação indispensável à construção do passado (art. 70 da Constituição de 1824).

Neste projeto de nação, construído pela monarquia e que teve no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, um de seus braços, é possível observar a partir do recorte memorial adotado, que os elementos selecionados pelo Império para caracterizar a nação incidem sobre passado colonial, em especial dos momentos fundadores da nação, como o Descobrimento (1500) e os instituidores da identidade nacional, como a Independência Política (1822); assim,



a História ali produzida se conformaria enquanto "tradição". Tal seleção, constituída a partir da produção historiográfica do IHGB refletia o grupo ali atuante, isto é, o da aristocracia rural, detentora de títulos nobiliárquicos e vinculada ao poder; assim como por intelectuais de ideologia patriótica orientadas pelo Romantismo. O intuito era garantir a homogeneidade de pensamento no interior da nação, congregando em torno de um referencial comum grupos sociais altamente diversificados culturalmente. A seleção de biografias, a escolha de heróis, a propagação de narrativas objetivava legitimar o estado monárquico em seu processo de centralização política. (FERNANDES, 2010)

Enquanto o projeto de nação da monarquia brasileira produzia a seleção e o enquadramento de uma memória que lhe fosse favorável a manutenção e fortalecimento desse sistema de governo, em âmbito internacional o debate acerca de duas questões que expressavam o mesmo ponto central ganhava destaque na Europa. Trata-se do debate sobre raça em seus dois desdobramentos, ou seja, o movimento abolicionista (independentemente das questões políticas e econômicas a ele pertinentes) que colaborou para o fim da escravidão no continente americano e o nascimento de teorias deterministas de cunho racial. Assim, na segunda metade do século XIX, o Brasil com seu alto grau de miscigenação passou a ser visto como laboratório e em tal condição, despertava interesse de naturalistas estrangeiros que viam na miscigenação racial e na riqueza de nossa fauna e flora, elementos para a confirmação ou negação de suas teses científicas.

No projeto de nação da monarquia, a escravidão representava uma grande problema para o Brasil e, com o advento da Proclamação da República, a questão permanece, pois jornalistas e pensadores da época esforçaram-se para produzir soluções não mais para a escravidão e sim, para as marcas deixadas por esse sistema associado ao atraso, isto é aos negros e seus descendentes, classificados como raças inferiores.

A identidade nacional na república

A República, inspirava assim, uma oportunidade histórica do país ter sua imagem dissociada de um passado retrógrado e integrar-se na sociedade civilizada de então. Neste sentido, nas instituições de produção de conhecimento da época, a pergunta que permeava as discussões incidia sobre a possibilidade ou não de um país mestiço se tornar uma nação. A Proclamação da República desfez abruptamente um projeto de nação e urgia a discussão de um novo para forjar uma identidade nacional para o recém-formado estado brasileiro.

Neste sentido, a questão da miscigenação permanece e o debate extrapola para além do interesse científico, passando a ocupar também o espaço das artes. Assim, apesar de toda a sociedade ter algo dizer sobre a questão; a literatura, as artes plásticas, a música buscaram compreender e expressar a cultura brasileira, pois o que estava em jogo era “qual a cara do Brasil?”. Desta forma, a questão da identidade nacional estava na pauta dos debates e várias correntes de pensamento ofereciam uma explicação, sendo possível enumerar várias perspectivas, como por exemplo, a defendida por Mario de



Andrade que destacava a diversidade étnico-cultural como marcador identitário nacional e em consequência, a proposta de um projeto de nação onde ocorresse a integração dinâmica do passado ao presente. Em contrapartida, havia a corrente de pensamento que via no retorno ao passado e nas tradições a chave de construção da identidade nacional brasileira. Nesta perspectiva, estaria na índole pacífica popular o cerne da nacionalidade brasileira, cabendo as elites políticas e intelectuais conduzir o país. A esse debate, se somou na década de 1920, vários movimentos abrigados no âmbito do modernismo.

Na década seguinte, mais precisamente em 1933, Gilberto Freyre publica “Casa Grande e Senzala”, obra que trouxe novo enfoque sobre a questão das culturas formadoras do país, apresentando uma ideia de democracia racial. Esta obra foi prontamente engajada no debate intelectual e político sobre que matriz regional expressaria melhor a nacionalidade.

A ideologia relativa ao retorno ao passado e as tradições, foi a utilizada pelo regime autoritário do Estado Novo (1937-1945). Neste momento, a cultura passa a ser uma questão a ser concebida em termos políticos. O referido regime criou seus próprios aparatos culturais, que difundiam a ideologia oficial para o conjunto da sociedade e uma noção de patrimônio é forjada para dar vazão ao projeto de nação que se pretendia implantar.

As questões de preservação de bens culturais que já tinham ganhado destaque na década de 1920 relativas aos bens imóveis não alocados em museus e que encontravam-se em franco processo de

deterioração, evidenciando descaso que conduziria a uma destruição de parte considerável da materialidade de um passado que guardava importantes expressões de períodos relevantes da história nacional foi contemplado na Constituição de 1934, artigo 10, quando observa-se pela primeira vez no Brasil a noção jurídica de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Esse artigo tinha como objetivo responsabilizar o poder público pela preservação dos monumentos de valor histórico ou artístico de importância nacional: Art 10 - Compete concorrentemente à União e aos Estados: III - proteger as belezas naturais e os monumentos de valor histórico ou artístico, podendo impedir a evasão de obras de arte.

Sendo o Estado Novo orientado pelas ideias de retorno ao passado e as tradições como forma de se alcançar a construção da identidade brasileira, a concepção de cultura trazida por Mario de Andrade e demais modernistas, foi apagada de tal construção e com isso, um conjunto de bens foram os eleitos como representantes da nação que estava sendo criada; fato que se evidencia com o Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, do então presidente Getúlio Vargas, tem-se a criação do SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. A instituição do SPHAN deve ser entendida no contexto de estruturação do Estado Novo, e tendo tal órgão a missão de preservação do patrimônio nacional, percebe-se o papel fundamental que o mesmo deteve, ainda que implicitamente, na construção de uma memória nacional. Estruturado por intelectuais e artistas brasileiros da época, a partir deste momento definiu-se Patrimônio Histórico e Artístico Nacional como: “*O conjunto dos*



⁵ O Decreto-lei nº. 25, de 30 de novembro de 1937 que regulamentou o ato de tombamento de bens móveis e imóveis, designando o SPHAN como o órgão competente para gerir essa política não estabeleceu um regimento interno, sendo previsto apenas um cargo de diretor (BRASIL, 1937, art. 72). Somente em 1946, a instituição, já com outra denominação – Diretoria – teria um regimento interno e mais

⁶ Documento internacional reconhecido como uma das principais diretrizes da área de preservação do patrimônio cultural poderes de atuação

bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”.

Vale ressaltar que o Decreto-Lei anteriormente citado resulta de um texto de Mario de Andrade produzido em 1936 quando foi solicitado a elaborar a concepção de uma instituição nacional de proteção do patrimônio. Considerado bastante avançado para a época, pois incorporava ao conceito de patrimônio artístico as manifestações populares e os bens culturais imateriais, o documento sofreu injunções políticas no Ministério da Educação e recebeu modificações significativas trazidas pela orientação de Rodrigo Melo Franco de Andrade, tendo somente parte dele aproveitada posteriormente na edição do referido Decreto, criado afinal por decreto presidencial assinado em 30 de novembro de 1937. A decisão política em refutar a concepção de Mario de Andrade implica sobretudo, na posição adotada pelo Estado em assumir o papel de promotor da cultura e na legitimação do pensamento de grupos modernistas mais próximos ao governo para conduzir o processo de criação de novos campos simbólicos para a construção da identidade da nação. Desta forma, o SPHAN norteou sua política pelas noções de "tradição" e de "civilização", dando especial ênfase à relação com o passado. Os bens culturais classificados como patrimônio deveriam fazer a mediação entre os heróis nacionais, os personagens históricos, os brasileiros de ontem e os de hoje. Essa apropriação do passado era

concebida como um instrumento para educar a população a respeito da unidade e permanência da nação.

Fonseca (2005) afirma que o passado da nação foi sendo inventando naquele momento, com locais e períodos muito bem definidos. Minas Gerais, especificamente do período do Ciclo do Ouro foi eleita como o berço da nação brasileira, detentora das mais elaboradas construções e povoada por grandes heróis nacionais, como Tiradentes. A autora também associa essa escolha ao fato de muitos dos intelectuais modernistas que estavam por trás dessa construção da nação brasileira serem mineiros e argumenta que estaria aí a demonstração de um sentimento preservacionista reflexo dos seus próprios interesses de classe.

É pertinente salientar que nos anos seguintes à organização SPHAN as ações de urgência adotadas foram

“inventariar o que existia de significativo na formação brasileira; socorrer com urgência e salvar alguns monumentos profundamente atingidos pela ruína, e ameaçados de perecimento; e introduzir, na normalidade nacional, principalmente no terreno jurídico, a figura do ‘tombamento’ e suas consequências em especial aquelas que recaiam sobre a propriedade privada” (REVISTA PLANEJAMENTO & DESENVOLVIMENTO).

A partir da década de 1950, já com o status de Diretoria, a DPHAN⁵, as questões inerentes a preservação do patrimônio trazem um nova ordem de problemas, tais como: a melhoria da rede rodoviária nacional, facilitando o acesso a áreas anteriormente isoladas; instalação de indústrias em locais até então em situação de abandono, provocando o aumento populacional em cidades que estavam estagnadas e; principalmente, o incremento do turismo



interno. Tal conjunto de questões colocou o DPHAN diante da percepção e reconhecimento de uma ausência de experiência para lidar e fazer frente a problemas considerados como ameaças a preservação do patrimônio, levando a referida Diretoria a solicitar auxílio técnico a organismos internacionais especialmente no que diz respeito ao denominado na ocasião como Turismo Cultural. (REVISTA PLANEJAMENTO & DESENVOLVIMENTO)

Tais problemas, intimamente relacionadas aos desdobramentos do modo de produção capitalista, coloca o DPHAN diante das questões produzidas pelas contradições entre desenvolvimento e preservação, cujo debate já iniciado em âmbito internacional foi contemplado na Carta de Veneza⁶ (1964), que estabeleceu que “o monumento é inseparável do meio onde se encontra situado”. Tal visão produz um reconhecimento de que o patrimônio não está isolado e sim contextualizado dentro de um conjunto mais amplo de valores, como por exemplo, o espaço físico em que estão situados e assim, o patrimônio se insere em uma perspectiva de planejamento urbano, favorecendo o debate de inserção do patrimônio na lógica capitalista de planejamento das cidades. Assim, a discussão internacional sobre patrimônio passa a ser orientada pela articulação entre interesses econômicos e as medidas preservacionistas encontram-se diretamente associadas aos planos, projetos e equipamentos de interesse turístico que viabilizem o retorno econômico do investimento feito no monumento; nesta lógica, o patrimônio é entendido como parte dos recursos econômicos dos países (CORRÊA, 2012, p. 66-70).

Em 1968 assume a Diretoria do SPHAN Renato Soeiro, cuja gestão perdurou até 1979 e teve como principal característica a inserção no processo de internacionalização da preservação do patrimônio. Segundo Pinheiro (2006), neste período, os monumentos arquitetônicos e urbanísticos passam a ser percebidos enquanto elementos inseridos em um contexto socioeconômico que extrapolava a percepção anterior que o viam somente através de seu valor artístico e histórico. Nesta concepção, o patrimônio ganha um papel dinâmico e mutável no âmbito de uma trajetória histórica; assim, conforme as Normas de Quito de 1967, as ações voltadas para a preservação do patrimônio articulavam -se aos planos e políticas de desenvolvimento econômico de determinada região e previam atividades onde o público e os bens preservados estivessem em contato resultando em benefícios econômicos que deveriam estar também atrelados aos sociais e culturais. (PINHEIRO, 2006).

O incentivo ao crescimento do turismo era então, um projeto do mundo ocidental, tanto que o Conselho Econômico e Social das Nações Unidas instituiu o ano de 1967 como o “Ano do Turismo Internacional” no intuito de divulgar tal atividade como forma de aproveitamento, utilização e preservação do patrimônio de cada país. “Esse boom do turismo estava diretamente relacionado às questões de desenvolvimento e crescimento econômico, onde os ‘patrimônios nacionais’ tornaram-se um dos instrumentos dessa dinâmica” (Pereira, 2009, p. 85).

É a partir deste ideário que a interação público/patrimônio começa a tomar vulto, pois o que passa a orientar a lógica da visitação



seria a da valorização e divulgação de conjunto de bens representativos de determinados valores e imagens simbólicas atribuídos ao patrimônio cultural.

Patrimônio em evidência e a criação da EMBRATUR

Em 1965 a UNESCO iniciou um programa de desenvolvimento do turismo relacionado ao patrimônio cultural e natural, iniciativa que abriu margem para o DPHAN pleitear e conseguir o apoio técnico deste organismo internacional, através de consultorias que elaboraram recomendações de procedimentos que foram inicialmente voltados para as Cidades Históricas do Nordeste. Esse conjunto de orientações favoreceu a construção de um pensamento que norteou a política de preservação no Brasil dos anos 1970, tendo como princípios o culto ao passado, a valorização ao patrimônio ambiental e o planejamento como forma de dirimir os interesses conflitantes no âmbito da preservação. Tais princípios ainda expressavam os ideais nacionalistas do período de fundação do SPHAN somados a ideologia do governo militar autoritário da época na busca pela inserção dos bens culturais na lógica capitalista. Neste contexto, o papel do patrimônio, pensado em consonância com os espaços em que estavam alocados deveriam desempenhar no desenvolvimento do país papel articulador entre a política de preservação dos bens culturais, que representaria os valores da memória nacional à política governamental de geração de valor econômico, inserindo tais bens no processo de acumulação capitalista. (CORRÊA, 2012, p. 71-75).

Foi nesse contexto histórico-cultural que se deu a relação entre a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). Tal relação foi estreitada pela vinda ao Brasil do inspetor Michel Parent, técnico do Serviço Principal de Inspeção dos Monumentos e de Inspeção de Sítios na França, que esteve no Brasil em missão financiada pelo citado órgão internacional nos anos de 1966 e 1967 com o objetivo de colaborar com a política nacional de proteção ao patrimônio brasileiro. A missão de Parent produziu um relatório de viagem e inspeção do patrimônio histórico nacional orientado pelo entendimento daquele organismo externo acerca do que o país deveria produzir em termos de ações, iniciativas e perspectivas concernentes a preservação dos bens culturais.

Intitulado “Proteção e valorização do patrimônio cultural brasileiro no âmbito do desenvolvimento turístico e econômico”, o relatório produzido por Parent destaca o Turismo enquanto atividade capaz de promover a proteção do patrimônio, conceito esse, entendido por Parent como indo além dos bens edificados e os naturais, tendo em vista que compreendia também a cultura local, especificada pelo citado perito como tradições e manifestações culturais. No raciocínio de Parent o Turismo seria a prática que conduziria “compreensão mútua entre os povos e o desenvolvimento e salvaguarda de suas culturas específicas”. A visão de Michel Parent estava perfeitamente alinhada aos debates ocorridos naquela década



e que tinha a proteção do patrimônio histórico como tema; assim, o documento expedido por ele, estava em acordo com a forte ênfase que o Turismo vinha recebendo como atividade de promoção, desenvolvimento e sustento do patrimônio cultural. Neste sentido, as mudanças ocorridas na própria forma de se pensar o patrimônio no Brasil teve o Turismo, como principal elemento no debate.

De acordo com Leal (2008) a havia “uma grande ênfase na promoção dos bens culturais e na ‘revalorização do patrimônio monumental em função do interesse público’, ou seja, na ênfase nas características e qualidades dos bens com vistas ao incentivo ao Turismo”. Tal visão demarca um período onde o Turismo era percebido como “salvador de economias” dos países então denominados “em desenvolvimento”, pois tal como apontou o relatório de Michel Parent, o Turismo, por meio do patrimônio cultural destes países seria o promotor de benefícios econômicos para tais lugares, ao mesmo tempo em que servia de via de preservação destes mesmos bens. Nesta lógica, ainda segundo a autora anteriormente citada, Parent “chamou a atenção para formas de assistência prestada pela UNESCO, tais como o envio de peritos que poderiam ajudar os governos a definir e estabelecer os programas, particularmente aqueles concernentes ao Turismo, que devem integrar-se aos planos de desenvolvimento gerais dos países.”

A criação da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) ocorre no ano de 1966, mesma ocasião da vinda do inspetor Michel Parent ao Brasil e tal ocorrência não deixa de ser notada por aquele organismo internacional, sendo percebida por parte dos países

estrangeiros como avanço nos rumos de uma determinada política, não uma política essencialmente de Turismo e sim, uma política que utilizou o Turismo como forma de proteção do patrimônio histórico, que como já demonstrado, era alvo de preocupação mundial dada a atenção dispensada ao quesito por parte da UNESCO.

Para Celso Castro (2013) cabia a Embratur regulamentar o setor turístico brasileiro com base na Política Nacional de Turismo e promover o Brasil como destino turístico no exterior. A empresa surgia como parte de uma política estatal que visava não apenas o incentivo fiscal à iniciativa privada, mas uma séria campanha de adesão ao programa de integração nacional.

Azevedo (2016) coloca que o ano de 1967 singulariza-se por ser o início do período mais duro da ditadura militar no Brasil, de uma profunda mudança na política cultural brasileira e também da direção do DPHAN, assumida pelo já mencionado Renato Soeiro. Neste cenário foi implantado o maior programa de preservação do patrimônio cultural integrado a um plano de desenvolvimento urbano e regional, por meio do turismo cultural, o denominado Programa das Cidades Históricas do Nordeste.

Programa Cidades Históricas: selecionando um patrimônio para o Turismo

Corrêa (2012) coloca que tal Programa foi desenvolvido entre os anos de 1973 a 1987, sendo o primeiro em nível federal a investir recursos na recuperação do patrimônio cultural urbano. O projeto partia do diálogo com assuntos em pauta no contexto histórico e



social daquele momento, objetivando fomentar o desenvolvimento socioeconômico das cidades históricas que se encontravam estagnadas e em franco processo de destruição.

No bojo de tal proposta e tendo por base a busca de um desenvolvimento urbano, regional e econômico, foi formulado e estruturado o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste, com sua Utilização para Fins Turísticos (1972-1974) e em 1975 foi iniciado a elaboração do Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Espírito Santo, de Minas Gerais e do Rio de Janeiro.

Para o planejamento, organização e implantação de ambos Programas foram instituídos Grupos de Trabalho que propuseram uma distribuição de tarefas onde os Ministérios, através de órgãos que representassem a competência para a questão específica a ser examinada. Nesta organização, o Ministério do Planejamento, representado pelo DPHAN ficaria responsável por elaborar uma relação de cidades, locais ou monumentos do Nordeste, de interesse histórico ou artístico, com descrição e informação do ponto de vista artístico, de valores, época e história, caberia ainda a esse órgão também o desenvolvimento do plano global de recuperação dos monumentos a serem contemplados na segunda fase do programa. Ao Ministério da Indústria e Comércio, representado pela EMBRATUR, caberia o levantamento das festas, folclore, artesanato e culinária, bem como de hotéis, teatros, e praias existentes nas cidades listadas pelo DPHAN, além da elaboração de estudos sobre a origem dos recursos. Ao Ministério do Interior, representado pela

Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) ficou delegada a elaboração de anteprojetos de engenharia para execução de infraestrutura voltada ao aproveitamento turístico dos bens a serem contemplados na segunda fase, assim como o estudo sobre a viabilidade de incentivos fiscais para o turismo serem alocados ao programa.

Ainda de acordo com Corrêa (2012), o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste foi justificado pela necessidade de recuperar cidades coloniais de relevante interesse histórico e artístico, e a possibilidade dessas cidades, integradas em roteiros turísticos, atraírem investimentos à região Nordeste. Desta forma, vários projetos foram candidatados para financiamento de recuperação e restauro; entretanto, as condições para atendimento foram: possibilidade de uso imediato da destinação após a conclusão do processo de restauração e adaptação para uso; avaliação positiva acerca da orientação técnica do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; e aprovação da EMBRATUR e SUDENE quando se tratasse de projeto que objetivasse o uso em atividade turística direta. Desta forma, a preservação dos monumentos tombados os tornaria economicamente viáveis por meio de seu uso e, com isso, ocorreria a geração de renda advinda da atividade turística para a Região Nordeste. A autora citada destaca que a ideia era criar um círculo virtuoso de auto sustentação econômica, onde após os investimentos iniciais do Programa, a economia do turismo local financiaria a conservação dos monumentos. Essa proposta também deveria ser apoiada pela concessão de incentivos fiscais por parte dos



estados e municípios à iniciativa privada para “restauração e manutenção” dos monumentos.

A proposta do “Programa Cidades Históricas” voltada para os estados do Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro seguiu a mesma lógica, sendo tratado como uma ampliação do Programa iniciado no Nordeste, mas com algumas mudanças no aspecto operacional, sendo uma delas a constituição de uma Comissão de Coordenação e Acompanhamento (CCA) com vistas a uma atuação na avaliação e aprovação de planos de preservação estaduais como primeira condição para os investimentos federais. Com isso se pretendia analisar a coerência de roteiros turísticos propostos e somente após a aprovação por esta Comissão, os projetos eram encaminhados para exame do DPHAN e da EMBRATUR.

Leal (2008) sugere que o DPHAN não estava interessado de fato em elaborar um plano de turismo, mas sim em aproveitar a oportunidade apenas para obter recursos e estudos técnicos para a conservação do patrimônio cultural brasileiro. Apesar dos motivos que nortearam o DPHAN na condução do processo de preservação do patrimônio utilizando o Turismo como instrumento, fato é que a comunidade internacional, através dos organismos voltados para tal questão percebia o Turismo como possibilidade eficaz para a preservação dos centros históricos, adotando a atividade turística como um dos elementos importantes para seu desenvolvimento, pois os documentos da UNESCO enfatizam claramente um “aproveitamento” dos recursos econômicos provenientes do turismo para a preservação do patrimônio cultural.

Assim sendo, evidencia-se a importância do Turismo no contexto internacional de preservação do patrimônio e, a missão da UNESCO ao Brasil comandada por Michel Parent reflete o entrelaçamento de distintos contextos, tais como, nacional e internacional, institucionais e não institucionais, públicos e privados, sempre referenciados na relação entre turismo, desenvolvimento econômico, preservação e valorização do patrimônio cultural. Deste entrelaçamento de contextos, a pesquisa cujos dados coletados resultou no presente artigo revelou que os elementos que compõem a Política Brasileira de Turismo são o resultado de uma construção que perpassa distintos contextos nos quais diversos grupos atuam sob as mais variadas correlações de forças.

Correlações de forças: contextos, políticas e atores no jogo público e privado do turismo

No que se refere ao contexto internacional, a reconfiguração na interpretação do patrimônio inserindo-o na lógica capitalista, desloca o que antes era percebido como um bem inalienável em um bem de consumo. A esse respeito, José Reginaldo Gonçalves no artigo “Os limites do patrimônio” (2007) colocou:

“Em um recente debate internacional sobre patrimônios culturais, pude ouvir de um dos interlocutores uma afirmação provocativa: ‘... antes do saque, não havia patrimônio no Egito’. Sugere-se nessa perspectiva que, antes da chegada do imperialismo e do saque dos objetos tradicionais, levados para coleções particulares e para os acervos dos grandes museus ocidentais, não haveria “patrimônio” nas sociedades



⁷ É hoje uma rede internacional de apoio e prestação de serviços aos veículos auto-motores e ao Turismo difundida em vários países.

colonizadas. O chamado patrimônio teria passado a existir exatamente como efeito do saque.”

A proposição em destaque aponta para as transformações que tal categoria de pensamento sofre nos contextos históricos e culturais da modernidade e pelo predomínio da economia monetária. Assim sendo, para Gonçalves (2007) na delimitação das fronteiras do patrimônio, a categoria “mercado” desempenha um papel especial e no Brasil, ao longo de várias décadas, as políticas de tombamento e de preservação dos chamados “patrimônios culturais”, o “mercado” foi tendencialmente representado sob uma forte desconfiança pelo fato da possibilidade da comercialização de determinados bens serem vistos como um meio lesivo de descaracterização desses bens e de perda de sua autenticidade.

Ressaltando que os discursos sobre o patrimônio cultural no Brasil foi pautado sobre a noção de autenticidade, buscando-se de forma constante e obsessiva atrelar autenticidade à proteção contra os efeitos do mercado, o referido autor pontua que o mercado sempre esteve excluído das análises, sendo esse modo de perceber o mercado acompanhado por uma assumida associação de que este tornava o patrimônio inautêntico. No entanto, pelo anteriormente exposto, observa-se que na condição de patrimônio, surge um conjunto de bens que precisam ser reconfigurados e neste contexto, surge o denominado patrimônio turístico, isto é, um bem tombado e inserido na condição de mercadoria a ser consumida. O referido autor acrescenta que a condição de mercadoria ao se realizar através do consumo turístico se materializa efetivamente no consumo de

determinada imagem que é consumida, tal como o passado nacional, a cultura popular, a cultura nativa, ou antigos bairros de uma cidade (GONÇALVES, 2007; 244).

Do panorama internacional, deslocamo-nos para o caso brasileiro. O Estado Brasileiro colocou-se oficialmente de forma mais incisiva nas questões relacionadas ao Turismo no ano de 1938, criando em 1939 o primeiro organismo oficial de Turismo do país, pertencente ao Departamento de Imprensa e Propaganda; considerando as colocações de Gonçalves (2007), devemos observar o mercado para uma melhor apreensão do processo. No caso da iniciativa privada, verificamos ações organizadas através Associações de interesse em determinado nicho, em 1923 com Sociedade Brasileira de Turismo. Tal Sociedade, atualmente denominada Touring Club do Brasil⁷, percebe sua fundação e trabalho inicial como “uma das inúmeras expressões cívicas que se seguiram às comemorações do Centenário da Independência do Brasil”.

De acordo com informações colhidas na página virtual do Touring Club do Brasil, a referida Sociedade foi “criada para divulgar os recursos turísticos do país junto às então chamadas classes superiores da nossa sociedade - e reverter assim a ‘monomania de Europa’ que dominava as elites brasileiras - a Sociedade descobriu cedo o anacronismo de muitos conceitos burocráticos e sociais prevalentes no país e trabalhou obstinadamente para modernizá-los”; mas, é a partir da formalização do Touring Club no Brasil que foram abertos “canais para divulgar o país no exterior”. Entre as



⁸ Embora o primeiro Parque Nacional seja o de Itatiaia, na página virtual do Touring Clube do Brasil consta referência a Serra dos Órgãos.

estratégias de divulgação parecem estar, conforme revela a página virtual da Empresa, o fomento a ocasiões festivas como por exemplo, o Baile do Teatro Municipal, os concursos de músicas carnavalescas, os banhos de mar a fantasia e o corso pela Avenida Atlântica. Ao empreender essas ações, o Touring Club do Brasil percebe-se como o responsável pela criação “do mito internacional do Carnaval do Rio” e de divulgador “de uma nova pérola carioca – Copacabana.”

O discurso contido na página virtual do Touring Club do Brasil aciona uma memória ufanista acerca de sua trajetória no que se refere ao Turismo no Brasil, conforme consta na fonte pesquisada: “A partir daí, escreveu-se uma história de rara grandeza entre as instituições civis brasileiras, feita de talento, pertinácia e espírito nacionalista.”

E continua:

“Os jornais da época reconheciam que os folhetos em três idiomas publicados pelo Clube, as reportagens nas revistas especializadas dos Clubes estrangeiros e os estandes do Touring nas grandes exposições internacionais, além da sua obra civilizadora nos portos do Rio e Salvador, fizeram do Brasil escala obrigatória de todos os transatlânticos de Turismo e, do Rio, o porto onde por mais tempo se demoravam essas luxuosas cidades-flutuantes.”

E ainda:

“Não foi menor, nem menos pioneiro, o papel do Touring na instituição de uma mentalidade turística interna no Brasil. Em 1932, o clube já levava 150 pessoas ‘de nossa melhor sociedade’ no primeiro cruzeiro turístico que singrou as águas dos grandes rios amazônicos. Foi o ‘Mensageiro do Progresso’, título que lhe deu a imprensa do Norte e Nordeste, impressionada com as compras dos

turistas nas cidades de escala. Foi também, mais tarde, o mensageiro da cultura, com as exposições e feiras flutuantes, que levavam ao Norte a recém-criada Petrobrás, as obras do Aleijadinho e outras manifestações do Sul do país.”

“Recuperou Ouro Preto da decadência, levando até lá excursões culturais em trens fretados, que deram um conforto desconhecido às viagens por terra no país. Implantou entre nós a prática do “week-end” e abriu campanha pela proteção ambiental, obtendo do governo a criação do primeiro parque nacional do Brasil na Serra dos Órgãos⁸.”

Os fragmentos do discurso do Touring Club do Brasil anteriormente destacados, sugerem uma relevância de ações que embora pontuadas por uma ênfase no pioneirismo da Empresa no setor de Turismo merece atenção, pois ao trazermos para o debate a política oficial, entendida aqui como aquela que no caso do Turismo no Brasil se manifestou inicialmente através de decretos e leis, observamos, que o Itamaraty, nome dado ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MRE), em 1934 nomeou o Touring Club do Brasil como órgão oficial para fomento do Turismo na América do Sul, dispositivo que coloca a Entidade em tela na condição de primeiro órgão oficial de Turismo do Brasil.

Além da Sociedade Brasileira de Turismo, duas outras Associações jogaram papel relevante na construção do Turismo brasileiro, são elas: Associação Brasileira da Indústria de Hotéis e Associação Brasileira de Agências de Viagens. A Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH) é uma entidade empresarial de caráter associativista e sem fins lucrativos. Atua como um órgão



⁹ Refiro-me ao conceito elaborado por Pierre Bourdieu.

técnico e consultivo na busca de solução para os problemas do setor, tendo como missão o fortalecimento das relações institucionais com os poderes públicos, tanto na esfera do Executivo quanto na do Judiciário e do Legislativo, objetivando assim, a garantia da defesa dos interesses do setor. Paralelamente, a Associação busca ainda promover a aproximação e a ampliação das oportunidades de negócios para seus associados.

A ABIH foi fundada em novembro de 1936, por ocasião do I Congresso Nacional da Hotelaria e na ata de fundação consta a assinatura de 70 pessoas. No ano de 1940, os hoteleiros mais uma vez se reuniram objetivando o fortalecimento da entidade, sendo que com a realização do II Congresso Nacional da Hotelaria, já no ano de 1948 e quando houve a admissão de novos associados, a ABIH sedimenta seu crescimento, pois se constituiu realmente na entidade pioneira da classe hoteleira.

Em 28 de dezembro de 1953, representantes de quinze agências de viagens reuniram-se, no Rio de Janeiro, para formalizar a fundação da Associação Brasileira de Agências de Viagens — ABAV. Acreditavam que, em uma entidade apenas de agências, a defesa dos interesses da classe estaria mais clara e resguardada. Reuniões prévias, para a discussão e redação do estatuto já haviam sido realizadas, mas só em 28 de dezembro seriam eleitos formalmente os membros do Conselho Diretor e da Diretoria Executiva, além naturalmente da aprovação do estatuto. De acordo com as palavras de Goaiçi Alves Guimarães, presidente da Associação entre os anos 1997 e 2001, contidas no livro ABAV 1953

– 2003: 50 Anos de História, Lutas e Vitórias: “Em 1953 éramos — e escrevo éramos incluindo cada associado na história — 15 pioneiros. Os tempos, naturalmente, eram bem outros, mas a clareza de propósitos e o interesse maior na defesa de nossa profissão já estavam definidos.”

Na obra anteriormente referida, a Entidade atribui o desenvolvimento dos transportes e a melhoria da infra-estrutura à disposição dos turistas, além do incentivo para a abertura de novas agências de viagens, como fatos que teriam gerado a necessidade destas se organizarem, através de uma entidade de classe. Ainda nos anos da década de 1940, alguns profissionais do setor já discutiam informalmente a necessidade de formação de uma entidade que congregasse os agentes de viagens. Oficialmente, contudo, nada aconteceu até março de 1953, quando foi criada a Associação Brasileira de Turismo (ABT), que nas palavras do presidente Guimarães na obra citada: “Um dos primeiros e talvez mais importantes propósitos da novel Associação é dignificar o trabalho do agente de Turismo”. A ABT deveria reunir também hoteleiros, empresas de navegação aérea e marítima, transportadoras terrestres e casas de diversão, mas essa proposta não foi adiante e em dezembro foi formalizada a ABAV. Pelo exposto, sublinha-se que a Política Nacional de Turismo foi e é atravessada por associações empresariais de classe que disputaram espaço neste campo de disputas⁹.

Aguiar (2010) chama a atenção para o fato de que desde a sua criação, a EMBRATUR ter se consagrado como um importante espaço de organização do empresariado do setor e que estes



utilizavam ainda a Confederação Nacional da Indústria e Comércio como fórum de reunião e atuação. Em tais espaços, os representantes de várias organizações produziram periódicas discussões sobre o Turismo e formas de se fazerem representar, surgindo daí, a nomeação de alguns de seus associados para os quadros mais importantes das agências estatais de turismo. Aguiar destaca ainda que de acordo com o Relatório da EMBRATUR de 1977, a iniciativa privada através de seus representantes, ofereceria “uma colaboração dinâmica, responsável e patriótica, capaz de colocar-se acima dos interesses passageiros – ou de caráter meramente episódico, para servir verdadeiramente ao país”. Desta forma, não por acaso, ao aprofundar-se em tal aspecto, a autora citada identificou que muitos dos presidentes da EMBRATUR foram grandes empresários do turismo, além de membros ou até dirigentes das mais importantes associações empresariais nacionais.

Fato que se comprova na colocação de Rui Gomes de Almeida no prefácio da obra intitulada Turismo: prioridade nacional, ao registrar:

“Agiu corretamente a Associação Comercial do Rio de Janeiro ao indicar ao Governo Castelo Branco em 1966 o nome de um de seus Diretores, Joaquim Xavier da Silveira, para presidente da EMBRATUR, que se criara, com o CNTur, pelo Decreto-Lei nº 55 de novembro daquele ano.” (SILVEIRA, Sem data, pg 05)

Tendo sido a Política Nacional de Turismo produzida no interior de um campo de disputas onde a noção de patrimônio alcançou posição de destaque, resulta daí a construção e a

manutenção de uma série de sentidos associados a tal conceito. Desta arena pública onde os atores envolvidos ativavam seus capitais simbólicos, econômicos, sociais e intelectuais na luta pela definição do futuro do turismo brasileiro será apresentado no próximo item, os desdobramentos desta disputa em um projeto de nação que utilizou o Turismo como forma de veiculação.

Atribuição de valor: adjetivando o patrimônio enquanto turístico

Em discurso promovido durante a Conferência pronunciada no I Encontro Regional de Turismo de Ouro Preto, Minas Gerais, em julho de 1969, o então presidente da EMBRATUR, Joaquim Xavier da Silveira registrou o compromisso da EMBRATUR para com a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional e relembrou que Michel Parent, perito da UNESCO deixou um importante levantamento do patrimônio histórico e cultural brasileiro no intuito de orientar a política de preservação de tais bens. Neste processo, caberia a EMBRATUR a função de coordenar ações que visem o aproveitamento do patrimônio, através por exemplo de discussões acerca de reformulações das leis que regiam o funcionamento de museus, que proibia a venda de materiais gráficos e fotográficos em espaços patrimonializados e demais medidas percebidas como limitadoras para a operacionalização do patrimônio enquanto produto. Neste raciocínio, evidencia a possibilidade de interpretação



do patrimônio que estaria habilitado a ingressar em outro regime de valor.

Appadurai (2010) afirma que a criação de valor é um processo mediado pela política e que a definição de mercadoria passa pela percepção de sua situação mercantil. O autor propõe uma nova perspectiva sobre a circulação de mercadoria na vida social, onde a troca econômica cria o valor e esse é concretizado nas mercadorias trocadas, entretanto, concentrar-se nas coisas trocadas, em vez de apenas nas formas e funções da troca, possibilita a argumentação de que o que cria vínculo entre troca e valor é a política em seu sentido mais amplo.

O quadro cultural que determinou a candidatura do que já era percebido como patrimônio ao estado de mercadoria caracteriza-se por uma gama de padrões de valor compartilhados, denominados por Appadurai como “regimes de valor”, para não implicar no entendimento de que todo ato de troca de mercadorias pressupõe um quadro cultural em que se compartilhe uma totalidade de crenças. Dessa forma, o contexto mercantil se refere à variedade de arenas sociais que contribui para o estabelecimento do vínculo entre a candidatura do patrimônio ao estado de mercadoria e a fase mercantil de sua carreira. A variedade de tais contextos produz o vínculo entre o ambiente social da mercadoria patrimônio e seu estado simbólico e temporal. Portanto, a mercantilização do patrimônio arquitetônico e histórico nacional residiu na complexa interseção de fatores temporais, culturais e sociais.

Appadurai (2010) coloca que uma distinção estabelecida originalmente por Jacques Maquet, em 1971, a respeito de produções estéticas, divide mercadorias nos quatro tipos que se seguem: 1) mercadorias por destinação, ou seja, objetos destinados principalmente à troca pelos próprios produtores; 2) mercadorias por metamorfose, coisas destinadas a outros usos que se colocam no estado de mercadoria; 3) mercadorias por desvio, um caso especial, mais acentuado de mercadorias por metamorfose, isto é, objetos que são postos no estado de mercadorias, embora estivessem, em sua origem, especificamente protegidos de tal estado; 4) ex-mercadorias, coisas retiradas, quer temporária ou permanentemente, do estado de mercadoria e postas em um outro estado. Entendendo o patrimônio arquitetônico e histórico nacional selecionado para a atividade turística através do relatório produzido por Michel Parent como mercadorias por desvio, defende-se aqui que assim foi estabelecido o denominado patrimônio turístico brasileiro.

Conforme argumenta Appadurai, a política “no sentido mais amplo de relações, suposições e disputas relativas ao poder” é o que vincula valor e troca na vida social das mercadorias. E o político, no processo temporal que acompanhou seleção do que veio a ser convencionalizado patrimônio turístico, refere-se à tensão constante entre quadros existentes e a tendência do patrimônio arquitetônico e histórico nacional romperem tais quadros. No processo em questão, a política assumiu formas de exibição e autenticação, conforme coloca Appadurai: “É nesse sentido que a política é o vínculo entre regimes de valor e fluxos de mercadorias específicos”.



Neste fluxo de mercadorias específicas, um conjunto de bens patrimoniais circulou de sua condição inicial de patrimônio para o que no presente trabalho foi conceituado como patrimônio turístico. Nesta condição, tais bens carregam uma espécie de aura capaz de criar “uma reação em cadeia, pois mostra-se capaz de gerar ou beneficiar uma série de indústrias e serviços com que não está diretamente relacionada” (SILVEIRA, Sem data, pg 102). A este aspecto, agrega o referido autor na obra citada que enquanto elemento social, o turismo opera basicamente como “abertura de núcleos receptores para o mundo”, promovendo em decorrência do contanto entre culturas e conhecimento das diferenças, maior entendimento e compreensão entre os povos, sendo por este ângulo uma “Indústria da Paz”. (SILVEIRA, Sem data, pg 103). Na condição de presidente da EMBRATUR, Joaquim Xavier da Silveira defendia que este valor agregado ao patrimônio e que no presente trabalho está sendo conceituado como patrimônio turístico, deveria ser objeto de intensa campanha de promoção no exterior alocando tal proposta no âmbito de um projeto de criação de uma “mentalidade turística”, conforme suas palavras:

“É preciso também que se tenha fé nessa nova indústria, cujo produto acabado é o homem, porque é mantida e posta em funcionamento com um só objetivo, o de prestar ao turista serviços, apoio e satisfação em suas horas de lazer. A esse respeito, vale reproduzir as palavras do Sr. Presidente da República, General Emílio Garrastazu Médici: ‘Creio que em um mundo sem fronteiras entre países e homens ricos e pobres. E sinto que podemos ter o mundo sem fronteiras ideológicas, onde cada povo respeita a forma de outros povos viverem. Creio em um mundo sem

fronteiras tecnológicas, onde o avanço científico fique na mão de toda a nação, abrindo-se à humanidade a opção de uma sociedade aberta.’ Esta sociedade aberta, a que se refere o eminente Chefe da Nação, é, no fundo, o objetivo do turismo, indústria nova, sem dúvida, mas de tão grande potencialidade sócio-econômico-cultural, que abrange todos os estágios da vida, e que, por isso mesmo, proporciona ao homem o aproveitamento total da sua existência.”

Os desdobramentos discursivos da seleção de um patrimônio, que se tornou turístico é perceptível através das narrativas sobre a nação brasileira naquele momento. Alfonso (2006) ao analisar o pensamento de autores brasileiros que refletiram sobre o Brasil ao debaterem sobre as questões que particularizavam a formação cultural brasileira, destacou que somente nos anos da década de 1930 há uma disseminação de uma interpretação favorável do país e que esta veio a colaborar futuramente com consolidação de uma imagem positiva do Brasil.

A popularização do rádio teria favorecido a introdução de novas percepções culturais em todas as camadas sociais. No campo da música, Noel Rosa grava em 1930 a canção “Com que roupa?”; na literatura, a obra de Jorge Amado ganha destaque com a publicação da obra “O País do Carnaval”, em 1931; no cinema, Carmem Miranda estreia em 1935, o filme “Alô-alô, Brasil” e; na economia, o café assume papel de produto genuinamente brasileiro, ao ser exposto em feiras internacionais com um dos principais produtos brasileiros. A obra de Jorge Amado rompeu as barreiras nacionais, pois além de ser um dos autores mais lidos do Brasil, alcançou grande destaque em vários países estrangeiros. Sua obra repleta de elementos oriundos da



cultura baiana, tais como a mulata, o samba e capoeira, divulgavam uma noção de africanidade distinta da visão pessimista que permeou as reflexões dos intelectuais que haviam pensado o Brasil até então; da mesma forma, o trabalho de Carmem Miranda colocou em voga a música, a sensualidade, as cores, a flora e a fauna tropicais, reconfigurando o “imaginário da nação”. (ALFONSO, 2006)

A autora anteriormente citada também chama a atenção para o pensamento de Gilberto Freyre, enquanto intelectual que em muito colaborou para essa revisão da percepção da cultura brasileira, através da obra *Casa Grande & Senzala*. Nesta reflexão, Freyre explica uma das grandes questões brasileiras, a miscigenação étnica, vista como o maior entrave ao que era considerado como progresso e civilização para autores que antecederam Freyre nesse debate.

Para Gilberto Freyre, o período colonial produziu as bases da cultura brasileira que se assenta no que seus críticos denominam como “mito das três raças”, pois Freyre seleciona aspectos que a seu ver particularizam as “raças” formadoras de sua noção de cultura argumentando que pela fácil adaptação dos portugueses aos trópicos, através de uma estrutura familiar pautada pelo poder do pai de família, pela atração do homem português pela mulher morena (negra, índia, mulata ou cabocla) e por uma grande licenciosidade sexual (no que se refere aos desejos e comportamentos do varão português e seus descendentes), houve a possibilidade de interação entre os distintos grupos (o português colonizador, o negro escravo e o indígena autóctone) e assim, surge um novo grupo social, os mestiços, que devido a sua própria identidade, une os grupos que em

algum momento estiveram em posições antagônicas nesse processo sócio-cultural. Está aí a lógica Freyriana de “democracia cultural”.

Alfonso (2006) ainda destaca que a inovação de Gilberto Freyre está justamente na oposição a visão até então dominante, pois apresentou uma teoria nova na qual a questão percebida como entrave, passa a ser um valor positivo. Enquanto os demais intelectuais abordavam a mistura das “três raças”, da miscigenação como o grande problema ao desenvolvimento do país; Freyre propõe uma análise não pelo aspecto racial, mas pelo aspecto da contribuição cultural de seus formadores. Nesta linha de raciocínio, Gilberto Freyre se afastou de uma visão pessimista, implantando uma concepção otimista do povo brasileiro; apresentou um Brasil original e não uma imitação da metrópole; produziu uma nacionalidade e não uma colônia. Nasce assim uma nova imagem da nação, que obteve um profundo impacto no exterior devido as edições em mais variados idiomas da obra de Freyre. Assim, concordando com Alfonso (2006), foi sobre esse ideal de nação que o Estado apoiou suas ações e que o Turismo, enquanto instrumento reafirmador de identidades e divulgador de imagens, propagou.

Ainda concordando com Alfonso na obra já referenciada, consideramos a teoria Freyriana sobre o Brasil aqui apresentada como fundamental para a reflexão e entendimento acerca da imagem que do Brasil que foi vendida através do Turismo brasileiro, mas, sobretudo, para fins deste trabalho, no entendimento do que foi percebido como patrimônio turístico ao longo da memória da Política Nacional de Turismo. Diante do exposto, parece-nos óbvio que o



constructo cultural elaborado por Freyre foi utilizado pela publicidade turística como elementos representativos do Brasil e de seu povo, e divulgadas tanto para o exterior como para o público brasileiro.

Neste sentido, em um contexto onde as noções de modernização e desenvolvimento eram percebidas como valores a serem perseguidos através da captação de investimentos externos, a ideia, ou como para muitos autores, o mito de uma democracia racial era uma poderosa ideologia na eliminação ou atenuação de aspectos negativos relativos a um país sem futuro, pois o mestiço havia sido transformando no símbolo de um país que “daria certo”. Percebido como inegável vinculador de imagens e veículo de discursos hegemônicos, o Turismo desempenhou papel de instrumento de divulgação dessa nação idealizada. As políticas de Turismo, como já demonstrado no presente trabalho, em consonância com políticas mais amplas de geração de emprego e renda, de desenvolvimento urbano, de preservação do patrimônio e de estabilização de conflitos políticos, usaram o Turismo para a manutenção de uma ordem e unidade nacional objetivada pelo governo de então. Um exemplo deste processo é a transformação do samba, música de origem negra, em um dos símbolos da nacionalidade. O samba tornou-se patrimônio nacional ao ser reapropriado, isto é, um outro grupo apropriou-se de sua prática, ressignificando-a e assim, além de ser inserido na categoria patrimônio ao ter seus elementos fundantes, como a música, as escolas de samba e a dança percebidos como valores positivados,

é inscrito na condição de patrimônio adjetivado como “turístico” ao ser voltado para um tipo específico de comercialização.

O patrimônio, ao efetuar o trabalho de construção de identidades e de memórias coletivas, conforme observa Gonçalves (2007) não está evidentemente condenado ao sucesso e sim, como defendido aqui, terá mais chances de obter sucesso quando inseridos nas políticas de Turismo disponibilizados através deste mercado, pois o fenômeno Turismo carrega em si a capacidade de atuar enquanto veículo comunicação. O termo comunicação aqui utilizado equivale a articulação de representações simbólicas que promovem e propagam ideias. Neste processo, a ideia propagada passa a existir socialmente, materializando-se de forma localizada no que foi turistificado e sustentada pela narrativa que lhe dá sentido. A narrativa, aqui entendida como coletivo de discursos similares, constroem uma cosmovisão, uma representação social acerca de um lugar.

Castro (1999, p 81) chamou a atenção para a construção cultural do lugar turístico ao afirmar que “seria ingenuidade, pensar que um local possa ser naturalmente turístico. Seu reconhecimento como turístico é uma construção cultural – isto é, envolve a criação de um sistema integrado de significados através dos quais a realidade turística de um lugar é estabelecida, mantida e negociada”.

Nesta lógica, o conceito de patrimônio turístico evidencia muito mais do que uma adjetivação do conceito de patrimônio, pois revela como estão sendo iluminadas determinadas memórias, construídas e reafirmadas identidades e acionados projetos de nação



onde determinados valores são comunicados via estratégias de divulgação que se valem do fenômeno turístico em sua capacidade de veicular imagens, circular representações materiais em formato de souvenirs e promover discursos homogeneizantes. A gênese do conceito de patrimônio turístico demonstra nuances que alargam o entendimento sobre o conceito de patrimônio, pois explicita desdobramentos de regimes de atribuição de valor.

Considerações finais:

O patrimônio tem sido adjetivado no intuito de particularizar definições, pertencimentos e apropriações. Neste “boom” do patrimônio às grandes categorias iniciais denominadas como material e imaterial, se somou o patrimônio natural e estende-se para o étnico, o virtual, o genético e quantas denominações representem valores e grupos que reivindicam identidades e visibilidades. Da mesma forma, adjetivação “turístico” foi acoplada ao termo patrimônio e assim, conforme demonstram distintos documentos e discursos, enquanto noção vulgar vem sendo utilizada pela EMBRATUR desde os anos de 1975, para designar o conjunto de atrativos naturais e culturais que atraem interesse de visitantes e turistas, estabelecendo assim, um fluxo de visitação. No presente trabalho, buscou-se demonstrar que ao adjetivar como turístico um patrimônio, ilumina-se uma série de desdobramentos que resvalam na conta bens simbólicos quer sejam materiais ou imateriais cuja eleição revelam projetos de nação e assim as distinguem. Para além deste desdobramento, cuja tônica perpassou

toda argumentação deste trabalho; no âmbito das considerações finais cabe destacar que ao adjetivar o patrimônio como turístico, ingressamos em uma dimensão pouco explorada, ou seja, a conceitual. Desta forma, encerramos essa reflexão defendendo que conceitualmente o patrimônio se torna turístico no bojo de um processo de negociação onde interesses de mercado e ativações de políticas públicas assim selecionam e reconhecem determinados bens. Em tais processos de negociação o patrimônio se torna turístico em decorrência de atribuição de um valor específico, o valor turístico, cujos contornos envolvem mercado, políticas e bens já inseridos ou em vias de inserção na categoria patrimônio. Pelo exposto, o patrimônio turístico é uma chave de leitura de identidades nacionais e também um conceito, cuja rentabilidade teórica faculta possibilidades de compreensão dos grupos sociais.

Referências

AGUIAR. Leila Biachi. Estado, Turismo, Cultura e Desenvolvimento: organização empresarial e a construção do consenso sobre a importância do turismo para o Brasil (1966-1988). Anais do VI Simpósio Nacional Estado e Poder: Cultura. Universidade de Sergipe. Outubro de 2010.

Disponível em:

<<http://www.historia.uff.br/estadoepoder/6snepc/gt1/gt1-leila.pdf>>

Acesso: 08 novembro 2015.



ALFONSO, Louise Prado. EMBRATUR: Formadora de imagens da nação brasileira. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. 2006.

ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo, Ática, 1989.

APPADURAI, Arjun. “Introdução: Mercadorias e a política de valor”. In APPADURAI, Arjun (Org.): *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Niterói (RJ): Editora da Universidade Federal Fluminense, 2010.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGÊNCIA DE VIAGENS. ABAV 1953 – 2003: 50 Anos de História, Lutas e Vitórias. Edição Própria publicada em comemoração aos 50 anos da Associação Brasileira de Agências de Viagens – ABAV. (2004).

AZEVEDO, Paulo Ormino. “PCH: a preservação do patrimônio cultural e natural como política regional e urbana”. Revista Anais do Museu Paulista, v.24 n.1. janeiro/abril, 2016.

BRASIL. Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Rio de Janeiro/Capital Federal, 1937.

CASTRO, Celso. “Narrativas e imagens do turismo no Rio de Janeiro”. In: VELHO, Gilberto (Org.): *Antropologia Urbana: cultura e sociedade no Brasil e em Portugal*. Rio de Janeiro (RJ): Jorge Zahar, 1999.

CASTRO, Celso. “Destino: Cidade Maravilhosa”. In: CASTRO, Celso; GUIMARÃES, Valéria Lima & MAGALHÃES, Aline Montenegro (Org.): *História do Turismo no Brasil*. Rio de Janeiro (RJ): Editora FGV, 2013.

CORRÊA, Sandra Rafaela Magalhães. O Programa de Cidades Históricas (PCH): por uma política integrada de preservação do patrimônio cultural – 1973/1979. Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (UNB), 2012.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. Muito antes do SPHAN: a política de patrimônio histórico no Brasil (1838-1937). Anais Seminário Internacional de Políticas Culturais: teorias e práxis, 2010.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro, UFRJ/MinC-IPHAN, 2005.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. “A fome e o paladar: a antropologia nativa de Luis da Câmara Cascudo”. Revista Estudos Históricos, vol.1 n.33, 2004.

HOBBSAWM, Eric. “Etnia e Nacionalismo na Europa de Hoje”. In: HOBBSAWM, Eric (Org.). *A era das revoluções: Europa 1789-1848*. Rio de Janeiro (RJ): Paz e Terra, 1977.

LEAL, Claudia Feierabend Baeta. *As missões da Unesco no Brasil: Michel Parent*. Rio de Janeiro, IPHAN/Copedoc, 2008

PEREIRA, Júlia Wagner. O tombamento. De instrumento a processo na construção de narrativas da nação. Dissertação apresentada ao Programa de Museologia e Patrimônio da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. “Origens da Noção de Preservação do Patrimônio Cultural no Brasil”. Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo do PPGAU, vol.2 n.3, 2006

SEM AUTOR. “Suplemento Especial para reunião da Unesco”. Revista Planejamento & Desenvolvimento – SEPLAN, s/vol, s/nº, 1977.

SILVEIRA, Joaquim Xavier da. *Turismo: Prioridade Nacional*. Rio de Janeiro, Editora Record, Sem data.



Agradecimento:

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo financiamento do projeto de pesquisa “Memória, patrimônio e turismo: narrativas e trajetórias no contexto da Política Nacional de Turismo” no âmbito do Edital Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas.